

## Legislativo custa em média R\$ 115,27 ao ano para cada habitante de capitais brasileiras

Levantamento nacional feito pela Transparência Brasil em orçamentos da União, estados e capitais demonstra que o brasileiro que mora nas capitais gasta em média R\$ 115,27 por ano para manter funcionando as Casas do Poder Legislativo, em suas três esferas.

- A Câmara dos Deputados custa R\$ 18,14 por ano para cada brasileiro. O Senado sai por R\$ 14,35 por habitante.
- Entre os estados, a Assembléia Legislativa mais cara por habitante é a de Roraima (R\$ 145,19), e a mais barata a de São Paulo (R\$ 10,63).
- Entre as capitais de estados, a Câmara de Vereadores mais cara por habitante é a de Palmas (TO), que custa anualmente R\$ 83,10 para cada morador da cidade. A mais barata é a de Belém (PA), com R\$ 21,09 por ano.
- Agregando-se os custos per capita referentes aos legislativos das três esferas (federal, estadual e municipal), enquanto em **Boa Vista (RR)** cada habitante paga R\$ 224,82 anuais pelos serviços associados ao trabalho de seus representantes eleitos, em **São Paulo (SP)** o custo é de R\$ 68,51 por habitante.
- Em termos de porcentual da renda, em **Boa Vista (RR)** o gasto total com o Legislativo (federal, estadual e municipal) representa 4,1% do PIB per capita. No outro extremo, em **Vitória (ES)**, o gasto total de cada habitante com o Legislativo representa 0,4% do PIB per capita.

Capital	UF	PIB per capita (2004)	Gasto total por habitante com o Legislativo (três esferas)	% em relação ao PIB per capita
Boa Vista	RR	R\$ 5.532,30	R\$ 224,70	4,1%
Palmas	TO	R\$ 4.812,23	R\$ 151,76	3,2%
Rio Branco	AC	R\$ 6.908,84	R\$ 176,50	2,6%
Macapá	AP	R\$ 7.414,81	R\$ 174,48	2,4%
Teresina	PI	R\$ 4.857,59	R\$ 96,63	2,0%
Campo Grande	MS	R\$ 7.199,60	R\$ 130,39	1,8%
Porto Velho	RO	R\$ 7.724,46	R\$ 132,96	1,7%
Natal	RN	R\$ 7.542,68	R\$ 119,26	1,6%
Aracaju	SE	R\$ 8.519,18	R\$ 132,41	1,6%
Goiânia	GO	R\$ 7.273,86	R\$ 101,12	1,4%
São Luís	MA	R\$ 6.066,50	R\$ 86,21	1,4%
João Pessoa	PB	R\$ 6.161,84	R\$ 86,61	1,4%
Florianópolis	SC	R\$ 11.071,30	R\$ 155,31	1,4%
Maceió	AL	R\$ 7.632,24	R\$ 104,43	1,4%
Salvador	BA	R\$ 5.402,38	R\$ 70,20	1,3%
Belém	PA	R\$ 5.873,61	R\$ 71,27	1,2%

Capital	UF	PIB per capita (2004)	Gasto total por habitante com o Legislativo (três esferas)	% em relação ao PIB per capita
Fortaleza	CE	R\$ 6.772,27	R\$ 80,18	1,2%
Cuiabá	MT	R\$ 10.025,07	R\$ 114,18	1,1%
Recife	PE	R\$ 9.603,72	R\$ 93,45	1,0%
Porto Alegre	RS	R\$ 11.257,14	R\$ 106,44	0,9%
Belo Horizonte	MG	R\$ 10.428,72	R\$ 96,65	0,9%
Rio de Janeiro	RJ	R\$ 12.224,43	R\$ 109,23	0,9%
Curitiba	PR	R\$ 11.065,22	R\$ 93,17	0,8%
Distrito Federal	DF	R\$ 19.071,00	R\$ 99,14	0,5%
Manaus	AM	R\$ 18.635,36	R\$ 95,91	0,5%
São Paulo	SP	R\$ 14.820,90	R\$ 68,38	0,5%
Vitória	ES	R\$ 29.951,28	R\$ 120,92	0,4%
<b>MÉDIA</b>			<b>R\$ 115,27</b>	

- A fatia do Orçamento da União destinada ao Congresso Nacional (R\$ 6,1 bilhões) chega **perto de equivaler** à soma do Orçamento destinado ao Legislativo em todos os estados e capitais do país (R\$ 6,4 bilhões).

Tipo de instituição	Orçamento	Parlamentares	Parcela do Orçamento por parlamentar
Congresso Nacional	R\$ 6.068.072.181,00	594	R\$ 10.256.474,38
Assembléias Legislativas	R\$ 4.897.904.436,00	1059	R\$ 4.625.027,80
Câmaras Municipais	R\$ 1.465.003.593,00	707	R\$ 2.072.140,87

O montante orçamentário por parlamentar do Congresso Nacional (deputados federais e senadores) é mais do que o dobro do que custam os deputados estaduais, que por sua vez custam acima do dobro dos vereadores das capitais.

- O **Senado** é a Casa que tem o Orçamento mais confortável por legislador: seus R\$ 2,7 bilhões anuais correspondem a R\$ 33,4 milhões para cada um dos 81 senadores. Na **Câmara dos Deputados**, a razão é de R\$ 6,6 milhões para cada um dos 513 deputados federais.

Casa	Orçamento	Parlamentares	Parcela do Orçamento por parlamentar
Senado	R\$ 2.680.468.223,00	81	R\$ 33.092.200,28
Câmara	R\$ 3.387.603.958,00	513	R\$ 6.603.516,49
Congresso	R\$ 6.092.345.781,00	594	R\$ 10.256.474,38

- Dentre as Assembléias Legislativas, o maior orçamento por legislador é o da Câmara Legislativa do **Distrito Federal**: equivale a R\$ 9,8 milhões para cada um dos 24 deputados distritais (o DF não tem Câmara

de Vereadores). O mais exíguo é o de **Tocantins**: pouco mais de R\$ 2 milhões para cada um dos 24 deputados.

UF	Deputados	Parcela do Orçamento por deputado
DF	24	R\$ 9.847.438,75
MG	77	R\$ 6.453.734,49
RJ	70	R\$ 6.363.307,04
RN	24	R\$ 6.324.333,33
SC	40	R\$ 6.096.000,00
MS	24	R\$ 6.094.666,67
RS	55	R\$ 5.650.059,40
MT	24	R\$ 5.504.166,67
SE	24	R\$ 5.419.119,17
GO	41	R\$ 4.839.268,29
SP	94	R\$ 4.644.265,79
RO	24	R\$ 4.398.673,88
AM	24	R\$ 4.334.791,67
PR	54	R\$ 4.251.760,37
AL	27	R\$ 4.000.000,00
PI	30	R\$ 3.787.333,33
CE	46	R\$ 3.552.044,67
PE	49	R\$ 3.413.822,45
ES	30	R\$ 3.292.133,33
AC	24	R\$ 3.208.128,00
BA	63	R\$ 3.089.412,70
PA	41	R\$ 3.068.532,83
AP	24	R\$ 2.827.858,13
MA	42	R\$ 2.754.199,74
RR	24	R\$ 2.440.035,50
PB	36	R\$ 2.428.667,50
TO	24	R\$ 2.007.848,92

- Em se tratando das Câmaras Municipais, a mais rica é a do **Rio de Janeiro (RJ)**: seu orçamento equivale a R\$ 5,9 milhões para cada um dos 50 vereadores. No outro extremo, em **Rio Branco (AC)**, a provisão para 2007 equivale a R\$ 715,3 mil para cada um dos 14 vereadores.

Capital	UF	Parlamentares	Parcela do Orçamento por parlamentar
Rio de Janeiro	RJ	50	R\$ 5.905.890,68
São Paulo	SP	55	R\$ 5.058.767,24
Belo Horizonte	MG	41	R\$ 2.262.416,32
Florianópolis	SC	16	R\$ 2.081.196,88
Porto Alegre	RS	36	R\$ 1.825.280,64
Curitiba	PR	38	R\$ 1.815.789,47
Recife	PE	36	R\$ 1.737.683,94

Capital	UF	Parlamentares	Parcela do Orçamento por parlamentar
São Luís	MA	21	R\$ 1.664.833,67
Fortaleza	CE	41	R\$ 1.639.390,24
Maceió	AL	21	R\$ 1.604.895,24
Salvador	BA	41	R\$ 1.573.121,95
Palmas	TO	12	R\$ 1.529.583,33
Manaus	AM	36	R\$ 1.501.138,89
Natal	RN	23	R\$ 1.267.434,78
Vitória	ES	15	R\$ 1.266.666,67
Campo Grande	MS	21	R\$ 1.248.142,86
Goiânia	GO	34	R\$ 1.220.879,72
Cuiabá	MT	19	R\$ 1.013.000,00
João Pessoa	PB	21	R\$ 959.943,14
Teresina	PI	23	R\$ 931.695,65
Aracaju	SE	19	R\$ 928.320,79
Boa Vista	RR	13	R\$ 902.923,08
Belém	PA	36	R\$ 836.592,50
Porto Velho	RO	16	R\$ 783.481,50
Macapá	AP	15	R\$ 780.000,00
Rio Branco	AC	14	R\$ 715.333,93
<b>MÉDIA</b>			<b>R\$ 1.684.137,78</b>

- Os orçamentos de cinco estados e doze capitais para 2007 não estão publicados na Internet. Os estados: **Alagoas, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Sergipe e Tocantins**. As capitais: Aracaju (SE), Belém (PA), Boa Vista (RR), Campo Grande (MS), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Palmas (TO), Rio de Janeiro (RJ), Rio Branco (AC), São Luís (MA) e Teresina (PI).
- Em três casos, nem o Orçamento estadual e nem o da capital estavam na Internet: **Rio de Janeiro, Tocantins e Sergipe**.
- Apenas a Câmara dos Deputados e algumas poucas Assembléias Legislativas publicam em seus sítios da Internet dados de atuação parlamentar dos representantes eleitos - incluindo faltas e uso de verbas indenizatórias. O Senado, por exemplo, não publica sequer as faltas dos senadores.
- Desde 2006, o projeto **Excelências**, da Transparência Brasil, acompanha o perfil e a atuação dos deputados federais. Neste ano, foram incluídos os senadores e gradualmente serão acrescentados os deputados estaduais. O projeto pode ser acessado no endereço <http://www.excelencias.org.br>

## Metodologia

A Transparência Brasil visitou todos os sítios de Internet de secretarias de Finanças ou Planejamento de estados e capitais para obter o Orçamento do estado ou do município. Quando o dado não estava disponível na Internet, foi feito contato telefônico para obter a informação.

Foram reunidas as seguintes informações: montante total do Orçamento, valor destinado ao funcionamento da Casa legislativa (Congresso Nacional, Assembléia Legislativa ou Câmara Municipal), total da população representada pela Casa (IBGE, 2006), quantidade de membros de cada Legislativo e PIB per capita (IBGE, 2004).

## Dificuldades

Em cinco estados e 12 capitais, os dados não estavam disponíveis na Internet.

Os estados: **Alagoas, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Sergipe e Tocantins**. As capitais: Aracaju (SE), Belém (PA), Boa Vista (RR), Campo Grande (MS), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Palmas (TO), Rio de Janeiro (RJ), Rio Branco (AC), São Luís (MA) e Teresina (PI).

Mesmo nos lugares pesquisados em que a informação estava disponível na Internet, em um em cada dez a informação estava em links de difícil localização. Foram os orçamentos estaduais de **Mato Grosso do Sul, Roraima e Paraíba** e o orçamento municipal de **Belo Horizonte (MG)**. Neste último, o link era tão pouco visível que foi preciso telefonar para a Câmara Municipal para saber como chegar à informação.

Nos estados e capitais que não dispunham de seu Orçamento na Internet, foi feito contato telefônico com as administrações.

Muitas vezes, foi detectada divergência sobre se a responsabilidade de informar sobre o Orçamento seria do Legislativo (Assembléia Legislativa/Câmara de Vereadores) ou do Executivo (secretarias de Planejamento, Finanças ou assemelhadas). Isso causou alguns desencontros.

Em três casos, nem o Orçamento estadual e nem o da capital estavam na Internet: **Rio de Janeiro, Tocantins e Sergipe**.

Leia abaixo os relatos sobre os casos mais difíceis.

Em **Belém (PA)**, foi preciso telefonar cinco dias seguidos para obter a informação por telefone - prazo agravado pelo fato de o expediente da Secretaria de Planejamento se encerrar às 15h. Segundo o funcionário responsável, devido a uma reforma no prédio, os computadores onde estava armazenado o Orçamento não estavam acessíveis. O Diário Oficial do município não está disponível na Internet. A solução encontrada foi anotar a informação por telefone.

Em **Aracaju (SE)**, a responsável pela secretaria de Planejamento informou que os dados não estavam na Internet porque o sítio do órgão estava sendo atualizado. Apenas depois de três dias de insistência a secretaria forneceu o dado, por e-mail.

Para obter o Orçamento estadual de **Tocantins** foi preciso telefonar para três órgãos diferentes. Quanto ao municipal, quem atendeu a Transparência Brasil informou que não havia arquivo digital da Lei Orçamentária. A solução encontrada foi anotar a data do Diário Oficial em que a lei foi publicada e recuperar a edição na Internet.

Obter a data do Diário Oficial e pesquisar a edição na Internet foi a mesma solução encontrada para obter os orçamentos municipais de **São Luís (MA)** e **Campo Grande (MS)**.

Em **Alagoas**, a responsável pelo Departamento de Orçamento da Secretaria de Planejamento hesitou em dar a informação. Questionou a motivação da pesquisa e tentou dar explicações para o fato de o sítio da secretaria não ter sido ainda atualizado com a lei orçamentária estadual relativa a 2007. O documento, porém, foi enviado por e-mail.

Em **Macapá (AP)**, a desordem é completa. Este é o relato do pesquisador que fez o contato:

*A Lei Orçamentária não está disponível na Internet. O sítio da prefeitura está completamente desatualizado. Todos os telefones dos órgãos de administração direta são antigos. O telefone fornecido pelo 102 também não atende. Depois de conseguir, no Dicas de Brasília, o telefone da Secretaria de Planejamento, falei com a atendente da Divisão de Orçamento. Primeiro, ela orientou a acessar o sítio da Prefeitura. Argumentei que o portal está desatualizado e expliquei que, nestes casos, as outras prefeituras encaminharam a lei por e-mail. Ela disse precisar de autorização para isso. Repliquei que não haveria problema, pois se tratava de um documento público que, em verdade, deveria estar disponível na Internet. Ela pediu licença por um instante e, ao voltar, solicitou o endereço para o envio.*

Em **Boa Vista (RR)**, a secretaria de Planejamento só dá expediente até as 14h. Foi preciso dois dias para obter a informação.

Houve também alguns casos em que a informação estava na Internet, mas com problemas. Em **Teresina (PI)**, a lei orçamentária que consta do sítio da Secretaria de Planejamento é a referente a 2006. Após algumas transferências de telefone, foi possível obter o dado por e-mail.

---

**Equipe responsável:** Heitor Augusto, Márcia Correia, Stella Borzilo, Marcelo Soares (coordenação) e Claudio Weber Abramo (direção).

## TABELAS DE REFERÊNCIA

## 1. Congresso Nacional

Casa	Total do Orçamento da União para 2007	Orçamento da Casa para 2007	Parlamentares	Parcela do Orçamento por parlamentar	População	Custo per capita
Câmara	R\$ 1.529.687.694.917,00	R\$ 3.387.603.958,00	513	R\$ 33.092.200,28	186.770.562	R\$ 18,14
Senado	R\$ 1.529.687.694.917,00	R\$ 2.680.468.223,00	81	R\$ 6.603.516,49	186.770.562	R\$ 14,35
Congresso	R\$ 1.529.687.694.917,00	R\$ 6.068.072.181,00	594	R\$ 10.215.609,73	186.770.562	R\$ 32,49

## 2. Assembleias Legislativas

UF	Total do Orçamento estadual para 2007	Orçamento da Assembleia para 2007	Deputados	Parcela do Orçamento por deputado	População do estado	Custo per capita
DF	R\$ 9.336.718.784,00	R\$ 236.338.530,00	24	R\$ 9.847.438,75	2.383.784	R\$ 99,14
MG	R\$ 35.297.719.165,00	R\$ 496.937.556,00	77	R\$ 6.453.734,49	19.479.356	R\$ 25,51
RJ	R\$ 36.753.799.856,00	R\$ 445.431.493,00	70	R\$ 6.363.307,04	15.561.720	R\$ 28,62
RN	R\$ 5.613.905.000,00	R\$ 151.784.000,00	24	R\$ 6.324.333,33	3.043.760	R\$ 49,87
SC	R\$ 9.536.689.526,00	R\$ 243.840.000,00	40	R\$ 6.096.000,00	5.958.266	R\$ 40,92
MS	R\$ 5.456.491.000,00	R\$ 146.272.000,00	24	R\$ 6.094.666,67	2.297.981	R\$ 63,65
RS	R\$ 20.678.084.920,00	R\$ 310.753.267,00	55	R\$ 5.650.059,40	10.963.219	R\$ 28,35
MT	R\$ 5.618.417.933,00	R\$ 132.100.000,00	24	R\$ 5.504.166,67	2.856.999	R\$ 46,24
SE	R\$ 3.895.564.750,00	R\$ 130.058.860,00	24	R\$ 5.419.119,17	2.000.738	R\$ 65,01
GO	R\$ 10.383.433.000,00	R\$ 198.410.000,00	41	R\$ 4.839.268,29	5.730.753	R\$ 34,62
SP	R\$ 84.986.001.490,00	R\$ 436.560.984,00	94	R\$ 4.644.265,79	41.055.734	R\$ 10,63
RO	R\$ 3.055.937.000,00	R\$ 105.568.173,00	24	R\$ 4.398.673,88	1.562.417	R\$ 67,57
AM	R\$ 6.104.448.000,00	R\$ 104.035.000,00	24	R\$ 4.334.791,67	3.311.026	R\$ 31,42
PR	R\$ 18.879.599.390,00	R\$ 229.595.060,00	54	R\$ 4.251.760,37	10.387.378	R\$ 22,10
AL	R\$ 4.467.703.000,61	R\$ 108.000.000,00	27	R\$ 4.000.000,00	3.050.652	R\$ 35,40
PI	R\$ 2.883.730.836,00	R\$ 113.620.000,00	30	R\$ 3.787.333,33	3.036.290	R\$ 37,42
CE	R\$ 9.581.156.750,00	R\$ 163.394.055,00	46	R\$ 3.552.044,67	8.217.085	R\$ 19,88
PE	R\$ 13.003.130.100,00	R\$ 167.277.300,00	49	R\$ 3.413.822,45	8.502.603	R\$ 19,67
ES	R\$ 10.020.263.650,00	R\$ 98.764.000,00	30	R\$ 3.292.133,33	3.464.285	R\$ 28,51
AC	R\$ 2.058.856.669,00	R\$ 76.995.072,00	24	R\$ 3.208.128,00	686.652	R\$ 112,13
BA	R\$ 17.594.421.226,00	R\$ 194.633.000,00	63	R\$ 3.089.412,70	13.950.146	R\$ 13,95
PA	R\$ 7.562.551.776,00	R\$ 125.809.846,00	41	R\$ 3.068.532,83	7.110.465	R\$ 17,69
AP	R\$ 1.657.507.598,00	R\$ 67.868.595,00	24	R\$ 2.827.858,13	615.715	R\$ 110,23
MA	R\$ 5.414.799.593,00	R\$ 115.676.389,00	42	R\$ 2.754.199,74	6.184.538	R\$ 18,70
RR	R\$ 1.147.711.849,00	R\$ 58.560.852,00	24	R\$ 2.440.035,50	403.344	R\$ 145,19
PB	R\$ 4.757.136.704,00	R\$ 87.432.030,00	36	R\$ 2.428.667,50	3.623.215	R\$ 24,13
TO	R\$ 3.754.046.196,00	R\$ 48.188.374,00	24	R\$ 2.007.848,92	1.332.441	R\$ 36,17
<b>MÉDIA</b>	<b>R\$ 12.574.067.620,80</b>	<b>R\$ 177.552.016,15</b>	<b>39</b>	<b>R\$ 4.447.837,13</b>	<b>6.917.428</b>	<b>R\$ 45,66</b>

### 3. Câmaras municipais (capitais)

Capital	UF	Total do Orçamento municipal para 2007	Orçamento da Câmara para 2007	Vereadores	Parcela do Orçamento por vereador	População da capital	Custo per capita
Palmas	TO	R\$ 455.888.650,00	R\$ 18.355.000,00	12	R\$ 1.529.583,33	220.889	R\$ 83,10
Florianópolis	SC	R\$ 842.898.001,00	R\$ 33.299.150,00	16	R\$ 2.081.196,88	406.564	R\$ 81,90
Vitória	ES	R\$ 967.994.913,00	R\$ 19.000.000,00	15	R\$ 1.266.666,67	317.085	R\$ 59,92
Rio de Janeiro	RJ	R\$ 10.151.718.120,00	R\$ 295.294.534,00	50	R\$ 5.905.890,68	6.136.652	R\$ 48,12
Boa Vista	RR	R\$ 270.753.457,55	R\$ 11.738.000,00	13	R\$ 902.923,08	249.655	R\$ 47,02
Porto Alegre	RS	R\$ 2.675.348.604,00	R\$ 65.710.103,00	36	R\$ 1.825.280,64	1.440.939	R\$ 45,60
Recife	PE	R\$ 1.910.739.888,00	R\$ 62.556.622,00	36	R\$ 1.737.683,94	1.515.052	R\$ 41,29
Belo Horizonte	MG	R\$ 4.089.259.840,00	R\$ 92.759.069,00	41	R\$ 2.262.416,32	2.399.920	R\$ 38,65
Curitiba	PR	R\$ 3.096.600.000,00	R\$ 69.000.000,00	38	R\$ 1.815.789,47	1.788.559	R\$ 38,58
Natal	RN	R\$ 875.255.000,00	R\$ 29.151.000,00	23	R\$ 1.267.434,78	789.896	R\$ 36,90
Maceió	AL	R\$ 928.331.486,00	R\$ 33.702.800,00	21	R\$ 1.604.895,24	922.458	R\$ 36,54
Cuiabá	MT	R\$ 582.773.000,00	R\$ 19.247.000,00	19	R\$ 1.013.000,00	542.861	R\$ 35,45
São Luís	MA	R\$ 1.001.476.548,00	R\$ 34.961.507,00	21	R\$ 1.664.833,67	998.385	R\$ 35,02
Aracaju	SE	R\$ 664.416.990,00	R\$ 17.638.095,00	19	R\$ 928.320,79	505.286	R\$ 34,91
Campo Grande	MS	R\$ 1.680.980.000,00	R\$ 26.211.000,00	21	R\$ 1.248.142,86	765.247	R\$ 34,25
Goiânia	GO	R\$ 1.704.849.000,00	R\$ 41.509.910,52	34	R\$ 1.220.879,72	1.220.412	R\$ 34,01
Porto Velho	RO	R\$ 367.129.622,00	R\$ 12.535.704,00	16	R\$ 783.481,50	380.974	R\$ 32,90
Manaus	AM	R\$ 1.536.000.000,00	R\$ 54.041.000,00	36	R\$ 1.501.138,89	1.688.524	R\$ 32,00
Rio Branco	AC	R\$ 300.490.000,00	R\$ 10.014.675,00	14	R\$ 715.333,93	314.127	R\$ 31,88
Macapá	AP	R\$ 256.569.550,00	R\$ 11.700.000,00	15	R\$ 780.000,00	368.367	R\$ 31,76
João Pessoa	PB	R\$ 1.230.380.632,00	R\$ 20.158.806,00	21	R\$ 959.943,14	672.081	R\$ 29,99
Fortaleza	CE	R\$ 2.699.920.000,00	R\$ 67.215.000,00	41	R\$ 1.639.390,24	2.416.920	R\$ 27,81
Teresina	PI	R\$ 802.835.886,00	R\$ 21.429.000,00	23	R\$ 931.695,65	801.971	R\$ 26,72
São Paulo	SP	R\$ 21.512.767.223,00	R\$ 278.232.198,00	55	R\$ 5.058.767,24	11.016.703	R\$ 25,26
Salvador	BA	R\$ 2.457.174.000,00	R\$ 64.498.000,00	41	R\$ 1.573.121,95	2.714.018	R\$ 23,76
Belém	PA	R\$ 1.158.871.358,00	R\$ 30.117.330,00	36	R\$ 836.592,50	1.428.368	R\$ 21,09
<b>MÉDIA</b>			<b>R\$ 56.346.292,04</b>				<b>R\$ 39,80</b>

### 4. Proporção do orçamento

Em média, os estados dedicam 2,4% de seu orçamento ao Legislativo e as capitais dedicam 2,92%. O Congresso Nacional recebe 0,4% do Orçamento da União.

Há diferenças nessa proporção, também: estados e capitais mais pobres gastam proporcionalmente mais com seus Legislativos.

A Assembléia Legislativa que recebe mais recursos em proporção ao orçamento estadual é a de **Roraima**: ela recebe 5,1% do R\$ 1,1 bilhão orçado para o estado em 2007. Entre as capitais, a de **Macapá (AP)** é a que tem a maior proporção: 4,56% de um orçamento de R\$ 256,6 milhões.

**São Paulo**, o estado e a capital mais ricos do Brasil, têm a menor proporção em ambas as distribuições. A Assembléia Legislativa recebe 0,5% de um orçamento de quase R\$ 85 bilhões. A Câmara Municipal leva 1,3% de um orçamento de R\$ 21,5 bilhões.